

MINAS  
GERAIS

# BALANÇO CIDADÃO



# CIDADANIA NA PALMA DA SUA MÃO

Bom dia, Dona Cida!!!  
Passou cedinho na feira  
da agricultura familiar?



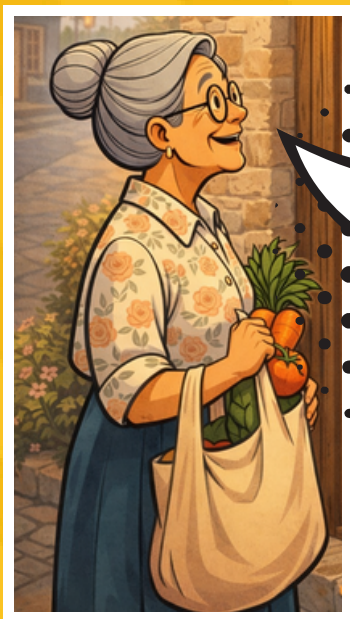
Bom dia, João!  
Eu gosto de pegar tudo bem  
fresquinho. É como a gente  
costumava dizer no interior:  
"Passarinho que acorda cedo  
bebe água limpa".



O povo do  
interior  
tem toda razão!  
Nada melhor  
que hortaliças  
fresquinhas!



Aliás...  
Tem sim: pão!  
Falando nisso,  
acabou de sair.  
Vamos entrar?



Ah! Esse cheirinho de pão de queijo no forno e café coado me leva direto pro sítio onde eu nasci, perto de Mariana. Quanta lembrança boa!

Além disso você acha que eu perderia a oportunidade de ter mais aulas sobre as contas públicas?

Estou gostando de ver, Dona Cida! Cidadania começa com informação.



Você tem toda razão e eu já estou prontinha para fazer minhas anotações!

Não precisa anotar.  
A entrega do Balanço Geral referente ao ano de 2025 foi feita e, conforme prometido, guardei um exemplar do Balanço Cidadão para a senhora.



Que maravilha!  
Assim, posso compartilhar as informações em casa, como fiz ano passado.

Meus netos adoram aprender sobre como nosso Estado é administrado.

Eu ensino para eles de um jeito bem simples. Conto "causos" e curiosidades de Minas, falo das tradições e cultura da nossa terra e da grandiosidade do nosso povo.

Assim, vou explicando que para dar conta de tudo é necessário planejar, arrecadar, comprar, pagar, investir...



... E prestar contas! Afinal, o Estado deve mostrar tudo o que fez com o dinheiro público ao longo do ano.

Dessa parte eu não me esqueço, afinal é nessa hora que entra em cena um dos documentos mais importantes da gestão pública, o Balanço Geral do Estado.



Isso mesmo!  
O documento que mostra o que entrou, o que foi gasto, onde foi investido e o que ficou como obrigação para o próximo ano...



Acertou em cheio!

Essa eu sei...  
As obrigações que ficam para o próximo ano são os restos a pagar!



Digamos que eu seja uma aluna dedicada... e porque ano passado eu deixei umas continhas penduradas para pagar este ano.

ha ha ha ha

MINUTOS DEPOIS...

Vovó, vovó...  
Eu já estava preocupado  
com a senhora!  
A mamãe disse que saiu  
cedinho para a feira e  
não voltou..



Oi Pedrinho,  
sua avó e eu nos  
distráimos.  
Estávamos  
conversando  
sobre as contas  
do Estado.

Pedrinho,  
não precisava preocupar!  
Fui à feira, passei aqui para  
comprar pão e aproveitei  
para aprender um pouco  
mais com o João.



Quê isso,  
Dona Cida!  
Fico feliz  
em dividir  
conhecimento.

A vovó está  
se tornando  
uma expert.  
Está aplicando  
todo esse  
conhecimento  
lá em casa.

O Pedrinho não está mentindo!  
Desde que entendi a importância de manter o equilíbrio do meu "caixa", acompanho todas as contas, tim-tim por tim-tim.

Registro a entrada da minha aposentadoria, que é minha "receita corrente" e todas as minhas despesas, tanto as "despesas correntes" como água, luz e pãozinho de todo dia, quanto as "despesas de capital" como a obra que estamos fazendo lá em casa para instalar uma piscina e construir uma churrasqueira..



Tenho certeza que sim.

Que maravilha!  
Essa benfeitoria vai valorizar muito o imóvel!

Já estou ansioso para pular na piscina!  
Faz 4 anos que estamos sonhando.



Na verdade foi um sonho cuidadosamente planejado! Como a obra de ampliação da casa exigia um investimento maior, fizemos um planejamento e, durante 4 anos, até que iniciássemos a obra, várias etapas precisaram ser cumpridas.

E como a senhora fez esse planejamento?



Nós já tínhamos percebido que na nossa casa faltava uma área de lazer. Então pedimos a um engenheiro que fizesse projeto. Em seguida fizemos a análise das nossas finanças, afinal precisávamos saber quanto dinheiro nós já tínhamos reservado, quanto conseguiríamos guardar por mês e se teríamos algum valor extraordinário a receber. Depois fomos atrás de quem pudesse executar a obra cobrando um preço que coubesse no nosso orçamento.

E o valor extraordinário veio da venda do sítio da vovó, uma "receita de capital" que fez toda diferença na realização do nosso sonho!

No primeiro ano fizemos a terraplanagem e iniciamos a fundação da piscina; no ano seguinte concluímos a obra da churrasqueira; e agora estamos quase concluindo a piscina, falta apenas instalar a bomba. O paisagismo ficará para o ano que vem.

A vovó fica no pé do mestre de obras para não ter nenhum atraso.

Aposto um bolinho de chuva que sua avó já está preparando a prestação de contas.

Com certeza! Quero mostrar que o dinheiro da família está sendo bem empregado.

A senhora está certa em planejar a obra com tanta cautela. Na administração pública, o planejamento também é levado a sério, pois por meio dele é possível evitar surpresas, controlar custos e priorizar o que realmente importa.

Aqui em Minas Gerais temos alguns instrumentos específicos de planejamento: O PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado; o PPAG-Plano Plurianual de Ação Governamental; a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias); e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Vou explicar cada um deles para vocês.

Imagine que a intenção da sua família de ter uma casa com área de lazer completa que proporcionasse melhoria na qualidade de vida dos moradores seja o PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, ou seja, um plano ousado, de longo prazo, onde são definidas as grandes escolhas estratégicas, visão de futuro e prioridades para um horizonte de vários anos.

Certo! E o que seria o projeto do engenheiro?



Ele seria o PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental. Um planejamento de médio prazo. É nele que o governo define tudo o que vai fazer durante quatro anos. A lógica é simples: o governo olha para o que a população mais precisa – como saúde, segurança ou asfalto – e cria 'programas' para resolver esses problemas.

E o mais interessante é que ele não acaba quando o mandato termina! O plano vai até o primeiro ano do próximo governo, garantindo que as obras e os serviços não parem no meio do caminho.

A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, define o que tem que ser executado e finalizado no ano seguinte, parecido com o que vocês fizeram quando dividiram o projeto em várias etapas menores e estabeleceram o compromisso de concluí-las até o final de cada ano: a 'terraplanagem' e a fundação no primeiro ano, no outro, a churrasqueira, agora a finalização da piscina e no ano que vem o paisagismo.

E por fim, temos a LOA - Lei Orçamentária Anual, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado para determinado exercício financeiro.



Acho que entendi! É igual a planilha anual onde eu estou anotando o dinheiro que a gente já tinha no bolso, o que está previsto para entrar e com o que estamos gastando na obra.



Caraca, João!  
A vovó mandou muito bem!

Mas João, e se a Administração Pública resolver fazer muita obra ou contratar muita gente e esquecer de investir em escolas ou em hospitais?



Essa eu respondo!  
Isso não acontece, meu querido, pois o investimento em saúde e educação é protegido pela Constituição Federal, a lei maior do País!  
A Constituição determina que 12% da arrecadação dos impostos e das transferências que o estado recebe sejam investidos em saúde e 25% em educação.



João, eu tenho outra dúvida: Como o cidadão monitora se o governo está cumprindo essa regra ou se está fazendo algo incorreto com o dinheiro público?

Ótima pergunta, Pedrinho!  
Bimestralmente, o Estado publica o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, que traz, entre outras informações, o cumprimento dos índices de saúde e educação.

Além disso, a cada 4 meses o Estado publica o Relatório de Gestão Fiscal-RGF, que mostra se os limites legais relacionados às despesas com pessoal, à dívida pública, às operações de crédito (quando o Estado pega empréstimos) e à concessão de garantias (quando o estado atua como fiador) estão sendo devidamente cumpridos.

Ele faz um verdadeiro Raio-X da situação fiscal da Administração Pública.



João, eu ficaria aqui por horas, mas preciso ir para a escola. Bem que você podia aparecer qualquer dia por lá e compartilhar o seu conhecimento.

Boa ideia, Pedrinho!

Meu jovem, como sempre foi uma excelente aula, mas o Pedrinho realmente precisa ir para a escola e eu tenho que correr para casa, antes que a minha filha mande outro neto atrás de mim e eu tenha que comprar mais 5 bolinhos de chuva.

Não tenho disponibilidade de caixa suficiente para isso!



HAHA...  
HAHA...  
HAHA...

Dona Cida, antes de ir quero entregar um presente para a senhora. Tenho certeza que vocês vão gostar muito.

Uai... que chaveiro bonito é esse?



Isso aqui é muito mais que um chaveiro, Dona Cida. São as demonstrações contábeis do Estado na palma da sua mão.



Como assim, meu filho?



É tecnologia NFC, vovó! É só aproximar do celular. Me empresta aqui. Deixa eu te ensinar.

Tô admirada, João!  
Além de Minas ser  
um Estado cheio  
de histórias,  
cultura e tradição,  
também investe em  
tecnologia e  
inovação!



Isso mesmo,  
Dona Cida!  
Esse eu  
encomendei  
especialmente  
para a senhora.

Gostei demais desse presente.  
Vou carregar comigo  
pra baixo e pra cima.



É isso aí, Dona Cida! Informação e  
transparência devem andar lado a  
lado com o cidadão.



Quando o cidadão participa e fiscaliza  
as contas do Estado, ele ajuda a construir  
um futuro melhor para todos nós.

# Oh! Minas Gerais...



Oh! Minas Gerais  
Quem te conhece  
não esquece jamais  
**Oh! Minas Gerais...**



Em Minas história,  
arte, fé e cultura  
se cruzam.



Um povo acolhedor  
que adora uma boa  
prosa e sempre tem  
tempo pra dividir um  
"cafezin" e descobrir  
"cê é fi de quem?"

Entre montanhas e  
cidades nasceram  
tradições, sabores  
e movimentos que  
ajudaram a  
construir o país.

Donos de um sotaque  
inconfundível, os  
mineiros criaram  
expressões únicas:

uai,  
ôô  
trem  
baô

**Minas é história viva.  
Minas é futuro em construção!**

# Minas são muitas

## Dados Gerais

Em cada canto, existe uma Minas diferente. A Minas das montanhas e a do cerrado. A Minas das cidades modernas e das vilas históricas. A Minas do agronegócio, da mineração e da indústria em expansão.

Cada região tem seu jeito de falar, de cozinhar, de viver e de contar histórias. Minas nasceu da história, cresceu com trabalho e segue se reinventando todos os dias.



Localização: Região Sudeste



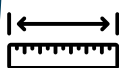
Número de municípios: 853

Capital: Belo Horizonte (1897-atual)



**JÁ FORAM  
CAPITAIS DE MG**

- Mariana (1696/1745)
- Vila Rica/Ouro Preto (1720/1821-1897)



Área territorial: 586.513,984km<sup>2</sup> (censo 2024)



População: 20.539.989 habitantes (censo 2022)



PIB: R\$ 1,157 trilhão (2025) – Fundação João Pinheiro  
Crescimento real de 1,4% em relação ao mesmo período de 2024.



# História



A região que hoje corresponde ao estado de Minas Gerais foi inicialmente desbravada no século XVI pelos bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas.

No século XVIII, a região foi povoada e se tornou um importante centro econômico para Portugal.

A queda na produção de ouro, por volta de 1750, levou a Coroa a aumentar a cobrança de impostos sobre a mineração.

O descontentamento com essa rigidez desencadeou o movimento político conhecido como Inconfidência Mineira, em 1789, que teve como principal personagem Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

A predominância da mineração na economia do estado inibiu outras atividades, fazendo com que a cafeicultura despontasse somente no século XIX, quando passou a ser a principal atividade econômica da província, resultando em um período de prosperidade.

A crise de 1929 e a Revolução de 1930 afetaram a produção de café e estimularam o avanço da indústria siderúrgica e da exploração mineral.

A Indústria ganhou força com a política de substituição de importações, na década de 1950.

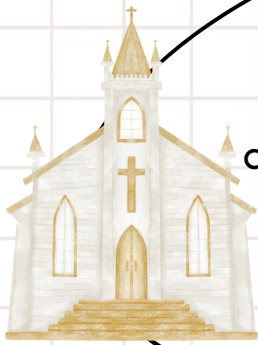
Os anos 1970 marcaram um grande surto de industrialização em Minas Gerais, com diversificação e fortalecimento de novos setores industriais.

# Minas Gerais

onde religiosidade,  
hospitalidade e  
gastronomia  
se cruzam



A cultura de Minas Gerais é uma das mais ricas e singulares do Brasil, moldada por uma história que remonta ao ciclo do ouro e caracterizada por uma identidade que mescla religiosidade, hospitalidade e uma gastronomia de renome mundial.



Gastronomia e Mineiridade

*Fica,  
vai ter  
café!*

A mesa mineira é o centro da vida social, refletindo a hospitalidade de seu povo.



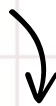
**Patrimônio Cultural:** O Queijo Minas é reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN.

**Pratos Ícones:** Destacam-se o pão de queijo, o feijão tropeiro (favorito histórico dos tropeiros), o frango com quiabo, o tutu à mineira e doces como o doce de leite e a goiabada com queijo.

**Bebidas:** O estado é famoso pela produção de cachaças artesanais e café de alta qualidade.



# Tradição e Fé



O **Congado** é uma das expressões mais fortes, misturando elementos africanos e católicos em devoção a Nossa Senhora do Rosário.



Os **Tapetes Devocionais**, são um dos símbolos mais marcantes da Semana Santa e Corpus Christi em Minas Gerais. A tradição vem desde o século XVIII e acontece em praticamente todos os municípios e distritos mineiros, especialmente Ouro Preto, Mariana e Sabará. Os tapetes são confeccionados com serragem colorida, flores, farinha, entre outros materiais. É a mais pura arte da fé. É quando os fiés, famílias, crianças, idosos e também os turistas se unem para preparar os caminhos por onde passará a Procissão.



# Patrimônio e Arte



Minas detém cerca de 60% do patrimônio histórico tombado do Brasil, com cidades que funcionam como museus a céu aberto.

- **Barroco Mineiro:** Estilo artístico que floresceu no século XVIII, com destaque para as obras de **Aleijadinho** em cidades como Ouro Preto, Congonhas e Diamantina.
- **Patrimônios da Humanidade (UNESCO):** Incluem o **Centro Histórico de Ouro Preto**, o **Santuário do Bom Jesus de Matosinhos** em Congonhas, o **Centro Histórico de Diamantina** e o **Conjunto Arquitetônico da Pampulha** em Belo Horizonte.
- **Literatura:** Berço de gênios como **Adélia Prado**, **Carlos Drummond de Andrade**, **Carolina Maria de Jesus** e **Guimarães Rosa**, que utilizaram as paisagens e conflitos mineiros como cenário universal.



Em harmonioso contraste com a herança colonial, o estado abriga o Instituto Inhotim, em Brumadinho. Reconhecido como um dos maiores museus a céu aberto do planeta, o espaço projeta Minas Gerais para o futuro ao fundir um acervo botânico exuberante com obras de arte contemporânea de relevância mundial.

Para além da arquitetura, arte e literatura Minas se destaca na musicalidade de Clara Nunes e de movimentos como o Clube da Esquina.

# Um "país" chamado Minas Gerais

Com mais de 20 milhões de habitantes e uma área territorial superior a países como a França ou a Espanha, Minas é o quarto maior estado em extensão territorial e o segundo mais populoso do Brasil.

Se fosse um país, o estado teria uma economia superior a nações como Marrocos, Tunísia, Croácia e Bolívia.

A mineração, o agronegócio e a indústria siderúrgica e automotiva são os pilares econômicos.

O mineiro possui um modo de vida, culinária e um vocabulário próprios (o "minerês"), que geram um forte sentimento de identidade local, reforçado pela cultura do "cafezinho", "trem" e acolhimento.

Minas Gerais possui 853 municípios, mais do que muitos países independentes, o que cria uma complexidade administrativa interna própria.

Para cuidar de um estado tão grande e diverso é preciso organização, planejamento e responsabilidade. É preciso uma estrutura que promova acesso à saúde, educação, segurança, estradas e oportunidades. **Essa estrutura é chamada de Administração Pública.**

É por meio dela que o governo planeja ações, oferece serviços e cuida do que é de todos.

## Conceito

Refere-se tanto ao conjunto de órgãos, entidades e agentes estatais que executam atividades visando aos interesses coletivos e à prestação de serviços públicos (aspecto formal), como à atividade exercida propriamente dita: prestação de serviços, poder de polícia, fomento e intervenção (aspecto material).

# Administração Pública



## Estrutura

### Administração Direta

Órgãos ligados diretamente aos entes federativos (União, Estados, Municípios), como Ministérios e Secretarias.

### Administração Indireta

Entidades com personalidade jurídica própria, descentralizadas para executar atividades específicas: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

## Princípios

De acordo com o Artigo 37 da Constituição Federal, a Administração Pública deve seguir cinco pilares:

- L** **Legalidade:** Atuar estritamente conforme a lei.
- I** **Impessoalidade:** Tratamento igualitário e sem promoção pessoal de agentes.
- M** **Moralidade:** Ética e boa-fé na conduta administrativa.
- P** **Publicidade:** Transparência nos atos e contas públicas.
- E** **Eficiência:** Busca pelo melhor resultado com o menor custo.

Para melhor entender a dinâmica da Administração Pública brasileira é preciso compreender que o Estado brasileiro organiza-se em três esferas ou níveis de governo diferentes: Federal, Estadual e Municipal. Elas representam a descentralização do poder para melhor atender aos interesses dos cidadãos, sendo todas autônomas entre si, conforme definido na Constituição Federal (art. 18).



## Esteras da Administração Pública



### FEDERAL

#### União

Responsável por questões de interesse nacional, como defesa, emissão de moeda e relações exteriores.



### ESTADUAL

#### Estados e Distrito Federal

Foca em interesses regionais, como segurança pública, saúde, educação e transporte intermunicipal.



### MUNICIPAL

#### Municípios

Trata de questões locais, como transporte coletivo urbano, limpeza pública e educação infantil.



E para que tudo funcione com equilíbrio e justiça, o Estado é dividido em três poderes. Cada poder tem uma missão diferente, mas todos trabalham em harmonia para o bem da população.

#### **Poder Executivo**

Governa e administra.

#### **Poder Legislativo**

Cria as leis e fiscaliza.

#### **Poder Judiciário**

Garante que as leis sejam cumpridas.

# Poderes do Estado

A Constituição Federal em seu artigo 2º, estabelece que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

## Poder Executivo

O Poder Executivo é quem administra o Estado. Por meio dele são construídas escolas e hospitais; cuida das estradas; organiza os serviços de saúde; paga os servidores públicos; coloca em prática os programas do governo. Na esfera Federal é liderado pelo Presidente da República, na esfera estadual pelos governadores e na municipal pelos prefeitos.

Exemplo do cotidiano:

Quando uma escola é reformada.  
Quando um hospital recebe novos equipamentos.  
Quando uma estrada é asfaltada.

Ele transforma os planos em realidade.

## Poder Legislativo

O Poder Legislativo é responsável por criar as leis que organizam a vida da sociedade. Além disso, ele acompanha e fiscaliza o governo. É ele que verifica se o dinheiro público está sendo bem usado e se o governo está cumprindo as leis.

Exemplo do cotidiano:

Quando uma lei é criada para melhorar a educação.  
Quando os gastos do governo são analisados.

O Legislativo representa a população e ajuda a garantir que tudo seja feito corretamente.

## Poder Judiciário

O Poder Judiciário é quem resolve conflitos e garante que as leis sejam cumpridas. Ele protege os direitos das pessoas e decide quando alguém age de forma errada.

Exemplo do cotidiano:

Quando um cidadão busca seus direitos na Justiça.  
Quando crimes são julgados.

O Judiciário existe para manter a ordem e a justiça na sociedade.

# O Recurso Público

Para que o Poder Executivo possa colocar em prática os programas do governo, o Estado precisa de dinheiro – o chamado recurso público.



## Planejamento

Para que o recurso seja liberado e efetivamente transformado em ações para a sociedade, é necessário planejar, ou seja, definir o que se pretende realizar e de quanto será preciso para isso.



O governo, então, transforma esse plano em um projeto de lei e o encaminha para a Assembleia Legislativa. Somente após a aprovação pelos deputados (o Poder Legislativo), o recurso é autorizado e as políticas públicas podem sair do papel.

Um exemplo é o PTE/MG (Programa Estadual de Transporte Escolar). Por meio dele, a Secretaria de Educação repassa recursos aos municípios para garantir o transporte de estudantes da rede estadual que moram na zona rural. Embora o programa exista desde 2015, os recursos continuam sendo analisados e aprovados a cada ano pela Assembleia Legislativa. Isso é importante para que o serviço possa seguir funcionando e atendendo quem precisa. Em 2025, o investimento no programa foi de R\$ 980,32 milhões.

# O Ciclo Orçamentário

## ETAPA 01

A Constituição mineira prevê um instrumento a mais: O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado-PMDI, que é o planejamento de longo prazo do Estado, onde são definidas as grandes escolhas estratégicas, visão de futuro e prioridades para um horizonte de vários anos

### Planejamento e Elaboração

O Poder Executivo faz as contas e desenha a proposta. A Constituição Federal de 1988 nos artigos 165 a 169 institui o PPA, LDO e LOA.

- PPA<sup>1</sup> (Plano Plurianual): É a visão de médio prazo. O governo planeja o que quer fazer para os próximos 4 anos.
- LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias): É o manual de regras. Ela pega o PPA e diz: "para o ano que vem, nossas prioridades e metas são estas".
- LOA (Lei Orçamentária Anual): É a planilha de gastos real. Ela diz exatamente quantos reais vão para cada hospital, escola ou rodovia no ano seguinte.

1- Em Minas Gerais: PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental).

### Análise do Planejamento, Debate e Aprovação

O Governo não pode simplesmente aprovar o próprio plano. Ele precisa enviar essa proposta para o Poder Legislativo (no caso, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG). Os deputados vão ler, debater, sugerir mudanças (as chamadas emendas) e, por fim, votar e aprovar a lei.

## ETAPA 02

### Execução - planejamento sai do papel e "mão na massa"

A lei foi aprovada e o ano virou. Então, é a hora de agir. O governo começa a arrecadar os impostos (IPVA, ICMS, etc.) e a pagar as contas, comprar remédios, pagar os servidores e fazer as obras, sempre seguindo estritamente o que foi autorizado na LOA.

## ETAPA 03

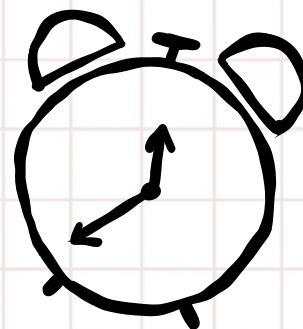
### Controle e Avaliação - prestação de contas

O governo fez o que prometeu? Gastou o dinheiro de forma correta? Nesta fase, o gasto público é fiscalizado de duas formas:

- Controle Interno: Feito pelo próprio governo (como a Controladoria-Geral do Estado - CGE).
- Controle Externo: Feito pelo Poder Legislativo com a ajuda do Tribunal de Contas (TCE-MG), além do próprio cidadão, que pode acompanhar tudo pelo Portal da Transparência.

## ETAPA 04

É nesse momento que surge um dos documentos mais importantes da gestão pública, o **Balanco Geral do Estado**.



## Balanco Geral do Estado


Ele reúne, de forma organizada:

- Tudo o que o Estado arrecadou
- Tudo o que foi gasto
- Onde o dinheiro foi aplicado

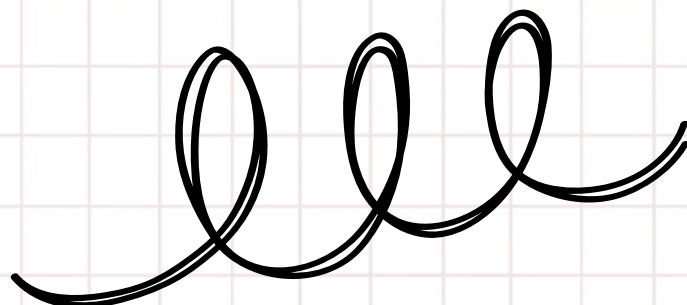
O Balanco mostra se os recursos públicos foram usados com responsabilidade e permite que qualquer cidadão acompanhe e fiscalize.

É por meio dele que a transparência se transforma em cidadania.

Para acessar o Balanco Geral do Estado de Minas Gerais de 2025, clique no link abaixo.

[https://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/relatorio\\_contabil/](https://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/relatorio_contabil/) 

Ou aponte sua câmera para o QR code.



# Você Sabia?



## ARRECADAÇÃO

É quando o dinheiro sai da conta do contribuinte (um cidadão ou uma instituição, por exemplo) e entra na conta do governo através de Receitas. O governo é obrigado a declarar e classificar cada centavo recebido.

## DESPESA

De forma bem resumida, é a aplicação do dinheiro arrecadado que é feita para manter o funcionamento do estado e a prestação de serviços públicos para a sociedade.

## % ARRECADAÇÃO

Em 2025, foram arrecadados R\$132,67 bilhões em Minas Gerais em Receitas, com destaque para:

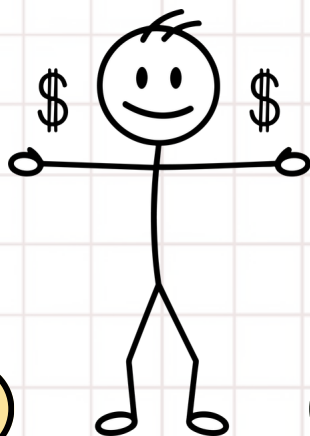
- Impostos e taxas: R\$ 73,43 bi;
- Transferências Correntes: R\$ 24,27 bi;
- Receita patrimonial: R\$ 8,34 bi.

## % DESPESA

Em 2025, as despesas em Minas Gerais foram de R\$131,56 bilhões, com destaque:

- Pessoal e Encargos Sociais: 83,06 bi (69,6%);
- Juros e Encargos da Dívida: 3,42 bi (2,87%);
- Outras Despesas Correntes: 32,89 bi (27,6%).

Em 2025, Minas apresentou um Superávit orçamentário de 1,11 bilhão, ou seja, arrecadou mais do que gastou



### DESPESAS OBRIGATÓRIAS

São as despesas que o estado tem a obrigação de pagar, como despesas com pessoal, previdência, repasses para municípios, despesas com saúde e educação.

### DÍVIDA PÚBLICA

É o valor total das obrigações financeiras (empréstimos, emissão de títulos públicos ou precatórios) que o estado assume com terceiros a fim de complementar seu caixa para realização de políticas públicas.

### RESTOS A PAGAR

São as despesas que foram empenhadas em um ano mas não foram pagas nele, tendo sido deixadas para serem pagas no(s) ano(s) seguinte(s).

### RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL

É o valor restante das receitas arrecadadas após aplicação das deduções (receitas com vinculações específicas).

Além disso, ela é o indicador utilizado como base para cálculo dos limites previstos na LRF, como Despesas com Pessoal e Dívida Consolidada Líquida.

# Relatório de Gestão Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é o documento que permite verificar se o governo está utilizando corretamente o dinheiro público.

**Sua elaboração e divulgação são exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** e, como o próprio nome já indica, ele apresenta a situação da administração pública do ponto de vista fiscal, mostrando se os limites legais relacionados às despesas com pessoal, à dívida pública, às operações de crédito (empréstimos), à concessão de garantias (quando o estado atua como fiador) e à disponibilidade de caixa no final do exercício estão sendo devidamente cumpridos.

**O RGF permite que a sociedade acompanhe se o governo está administrando os recursos públicos com transparência, responsabilidade e respeito às regras previstas em lei.**

Para acessar o último RGF de 2025 clique no link abaixo ou aponte sua câmera para o QR code.

[https://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/gestaofiscal/2025/3quadrimestre2025.pdf](https://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/gestaofiscal/2025/3quadrimestre2025.pdf)



A seguir, os principais conceitos e índices presentes no RGF explicados de forma simplificada para facilitar o entendimento de como são calculados e porque são tão importantes.

# RGF – Conceitos

## Despesa Bruta com Pessoal (DB)

É o total que o governo gasta com servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Inclui:

Remuneração, aposentadorias, pensões, gratificações e encargos (INSS/RPPS).

Por que importa?  
Porque existe um limite legal para esse gasto. Se ultrapassar, o governo sofre restrições.

## Despesas Não Computadas (DNC)

São gastos com pessoal que não entram no cálculo do limite da LRF.

Inclui: Indenizações, decisões judiciais específicas, programas de desligamento incentivado.

Por que importa?  
Porque elas existem, mas não contam para verificar se o governo ultrapassou o limite legal.

## Despesa Líquida com Pessoal (DL)

É a despesa bruta menos as despesas não computadas.

$$DL = DB - DNC$$

Por que importa?  
É esse valor que é comparado com a Receita Corrente Líquida para verificar se o governo está dentro do limite da lei.

# RGF – Conceitos

## Dívida Consolidada (DC)

É o total das dívidas de longo prazo (acima de 12 meses).

Exemplos:  
Empréstimos,  
Financiamentos,  
Parcelamentos previdenciários,  
Precatórios parcelados.

Por que importa?  
Mostra o tamanho do estoque da dívida do governo.

## Deduções (D)

É o valor que o estado tem em caixa para pagar o que deve.

Inclui: Dinheiro em caixa e aplicações financeiras.

Por que importa?  
Ajuda a calcular quanto o governo realmente deve, considerando o que já tem disponível.

## Dívida Consolidada Líquida (DCL)

É a dívida consolidada menos as deduções permitidas.

$$DCL = DC - D$$

Por que importa?  
É o principal indicador usado para avaliar o nível de endividamento do Estado ou Município.

# RGF – Conceitos

## Garantias Concedidas

Quando o governo assume o compromisso de pagar uma dívida caso outra entidade não pague.

Por que importa?  
É um risco para as contas públicas.

## Contragarantias Recebidas

São garantias que o governo exige para se proteger caso precise pagar a dívida garantida.

Por que importa?  
Reduz o risco de prejuízo aos cofres públicos.

## Operações de Crédito

São empréstimos ou financiamentos contratados pelo governo.

Por que importa?  
O dinheiro entra agora, mas precisará ser pago no futuro.

# RGF – Conceitos

## Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)

É o total de dinheiro disponível em caixa e bancos no fim do ano.

Por que importa?  
Mostra quanto o governo tem disponível.

## Obrigações a Pagar (OP)

São despesas empenhadas (contratadas) que não foram pagas até o final do ano e alguns valores que o Estado deveria pagar no exercício.

**Tipos:** Restos a Pagar Processados (serviço já foi entregue) e Não processados (que ainda será entregue)

Por que importa?  
Mostra quanto ficou para pagar no ano seguinte.

## Disponibilidade de Caixa Líquida (DCL)

É o dinheiro disponível depois de descontar as Obrigações a Pagar.

$$DCL = DCB - OP$$

**ATENÇÃO!** Se for negativa, indica que ficaram mais contas do que dinheiro.

Mostra se o governo deixou dinheiro suficiente para pagar as contas já assumidas.

# Execução das Despesas por Função

Dentre as várias formas de entender como o governo gasta o nosso dinheiro, uma das mais interessantes é a classificação por Função e Subfunção. Ao contrário de divisões internas da administração pública, como a de gastos a partir de cada Secretaria, por exemplo, ela foca no destino final do dinheiro, ou seja, a área atendida, esta divisão mostra em qual área o recurso está sendo aplicado, independentemente de qual Secretaria realizou o gasto.

Imagine, por exemplo, que o governo compre uma frota de ambulâncias através da Secretaria de Infraestrutura. Mesmo que a compra tenha sido feita por um órgão de 'obras', as ambulâncias atendem diretamente ao setor da Saúde. Por isso, elas recebem a etiqueta de 'Função Saúde'.

Essa classificação serve para verificarmos o quanto realmente foi investido em cada área pública, independentemente do órgão público que executou determinada política pública.

Nesse sentido, abaixo seguem algumas das principais despesas realizadas no ano de 2025, a partir da Função:

Educação  
21,301 bilhões

Saúde  
18,340 bilhões

Segurança Pública  
25,378 bilhões

Previdência Social  
25,818 bilhões

Encargos Especiais  
8,479 bilhões

Ciência e Tecnologia  
615,85 milhões

Transporte  
1,728 bilhão

Cultura  
381,15 milhões

Saneamento  
81,008 milhões

# Índices Constitucionais

Agora que você já viu que as despesas podem ser organizadas a partir das áreas de atuação (Funções), talvez venha à sua cabeça o pensamento: “O Governo pode gastar todo o dinheiro somente construindo estradas ou pagando dívidas ao invés de construir escolas ou hospitais?”. A resposta para este tipo de pergunta é “não”.

De forma a garantir que os setores prioritários da nossa sociedade estejam sempre disponíveis para todos os cidadãos, foram estabelecidos na Constituição Federal e Estadual os Índices Constitucionais. Eles funcionam como obrigações legais de investimento mínimo.

Todos eles possuem uma série de critérios que definem como devem ser calculados e quais os tipos de despesas que podem ser aceitas em cada área. Isso evita, por exemplo, que um gasto com propaganda seja considerado como investimento em saúde ou educação.

Neste Balanço Cidadão, vamos fazer um breve resumo de 4 índices que estão mais ligados ao dia a dia da população de Minas Gerais:

- 1- Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 2- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- 3- Valorização de Profissionais da Educação e;
- 4- Pesquisa e Tecnologia



## Índice da Saúde - ASPS (Ações e Serviços Públicos de Saúde)

É o índice que garante que uma parte importante dos nossos impostos seja usada exclusivamente para cuidar da vida e do bem-estar da população. É o recurso que se aplica no funcionamento de hospitais, na compra medicamentos e paga os profissionais que nos atendem, dentre outros.

### O que garante a aplicação

- Artigo 198 da Constituição Federal
- Lei Complementar nº 141/2012

### Quanto o estado deve aplicar

- No mínimo, 12% das receitas arrecadadas de impostos e Transferências

Quanto o estado aplicou em 2025

**R\$ 11,52 bilhões**

ou seja

**12,3%** da arrecação de impostos e transferências



## Índice da Educação - MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)

É o índice que garante que as escolas tenham recursos para funcionar, desde o material didático até a infraestrutura das salas de aula. Existe uma lei própria que define exatamente o que é o "MDE" para que não haja brechas na aplicação dos recursos com o desenvolvimento da educação.

### O que garante a aplicação

- Artigo 212 da Constituição Federal
- Lei nº 9.394/96 (LDB)

### Quanto o estado deve aplicar

- No mínimo, 25% das receitas arrecadadas de impostos e Transferências

Quanto o estado aplicou em 2025

**R\$ 23,93 bilhões**

ou seja

**25,5%** da arrecação de impostos e transferências



## Índice de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

É o índice que garante que a maior parte do principal fundo da educação básica, o FUNDEB, seja usada para remunerar quem trabalha na linha de frente do ensino no Brasil.

### O que garante a aplicação

- Artigo 212-A, inciso XI da Constituição Federal
- Lei nº 14.113/2020 (Lei Novo FUNDEB)

### Quanto o estado deve aplicar

- No mínimo, 70% dos recursos recebidos do FUNDEB

### Quanto o estado aplicou em 2025

**R\$ 12,57 bilhões**

ou seja

**97,5%** dos recursos recebidos do FUNDEB



## Índice de Pesquisa e Inovação (FAPEMIG)

Diferentemente dos outros índices mostrados até agora, este índice se restringe ao Estado de Minas Gerais em compromisso com a ciência e a tecnologia, de forma a garantir o desenvolvimento da inovação e da pesquisa no estado. Para tanto, o valor é repassado à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), que destina os recursos aos projetos de pesquisa realizados no estado.

### O que garante a aplicação

- Artigo 212 da Constituição do Estado de MG
- Decreto 47.937/20

### Quanto o estado deve aplicar

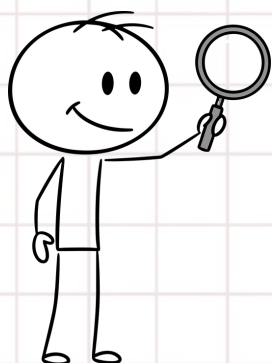
- No mínimo, 1% da Receita Corrente Ordinária do Estado

### Quanto o estado repassou em 2025

**R\$ 573,67 milhões**

ou seja,

**100,56%** do valor mínimo destinado à realização de pesquisas no estado



# PARA FICAR DE OLHO!

- ✓ Índice dentro do limite legal
- ✓ Índice no limite prudencial
- ✗ Índice fora do limite legal



Receita Corrente Líquida

111,74 bi



Restos a Pagar 16,55 bi



Disponibilidade de Caixa Bruta

21,13 bi



Obrigações Financeiras e Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

15,81 bi



Disponibilidade de Caixa Líquida

5,32 bi



Dívida Consolidada Líquida

Valor	Índice
187,10 bi	167,46% ✓



Gastos com Pessoal

Valor	Índice
53,87 bi	48,22% ✓



Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Valor	Índice
23,93 bi	25,5% ✓



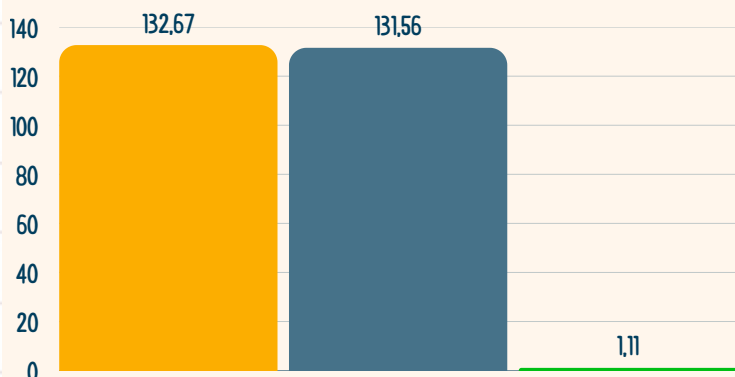
Profissionais da Educação Básica

Valor	Índice
12,57 bi	97,5% ✓



Balço Orçamentário

● Receitas realizadas ● Despesas realizadas  
● Superávit Orçamentário



Ações e Serviços Públicos de Saúde

Valor	Índice
11,52 bi	12,3% ✓



Pesquisa e Inovação

Valor	Índice
573,67 mi	100,56% ✓

Teste seus conhecimentos

# Caça Palavras

Encontre 9 palavras relacionadas à  
Administração Pública e Contas Públicas

I	I	K	E	I	D	X	Z	B	F	U	E	Z	C	L
J	I	L	A	F	U	E	C	C	V	X	Z	I	I	E
K	U	M	D	Z	I	L	I	B	O	Y	I	F	Z	G
S	O	D	P	E	F	C	G	Z	D	O	M	Z	S	A
E	I	I	I	E	S	Q	I	O	N	Y	O	Z	I	L
J	X	B	R	C	S	P	J	E	H	U	R	Y	G	I
O	V	E	U	Q	I	S	E	D	N	Y	A	W	F	D
O	J	F	C	U	Y	Á	O	S	Y	C	L	X	X	A
L	Q	Y	U	U	M	U	R	A	A	O	I	I	L	D
Z	V	S	W	L	T	P	O	I	L	I	D	A	O	E
X	W	Q	S	A	L	I	Z	V	O	I	A	V	D	G
M	G	J	H	J	J	Q	V	C	D	T	D	V	U	M
V	U	E	I	A	X	G	S	O	O	Y	E	A	M	R
B	S	P	U	B	L	I	C	I	D	A	D	E	D	K
L	E	G	I	S	L	A	T	I	V	O	U	T	S	E

## Teste seus conhecimentos

# Palavras Cruzadas

**Horizontal**

- 1- Fase da realização da despesa em que o Governo separa o recurso financeiro para realizar alguma destinação como a aquisição de um produto ou serviço.
- 5- Percentual mínimo constitucional (por extenso) a ser investido em Ações e Serviços Públicos de Saúde.
- 8- Sigla do principal indicador de desempenho econômico que representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado período.
- 10- Sigla referente ao indicador de receitas que traz o resultado do cálculo da soma das receitas correntes, arrecadadas nos últimos 12 meses, descontadas receitas como repasses, FUNDEB e receitas de contribuição. Usado como parâmetro para estabelecer limites, por exemplo, de despesa de pessoal e dívida consolidada líquida.
- 11- Gastos do dia a dia para a manutenção e funcionamento do Governo, como pagamento de servidores e compras de materiais de consumo, são \_\_\_\_\_.
- 12- São exemplos de receitas \_\_\_\_\_ os impostos, taxas, contribuições e algumas transferências.
- 14- Sigla do principal indicador de inflação no Brasil.
- 15- Sigla referente ao total da dívida do Governo calculada pela diferença entre a Dívida Consolidada e as Deduções, compostas sobretudo pelo dinheiro disponível.
- 6- Sigla da lei elaborada anualmente que orienta a elaboração da LOA do ente federado e estabelece metas e prioridades para os anos seguintes.
- 17- Imposto que incide sobre a propriedade de veículos.

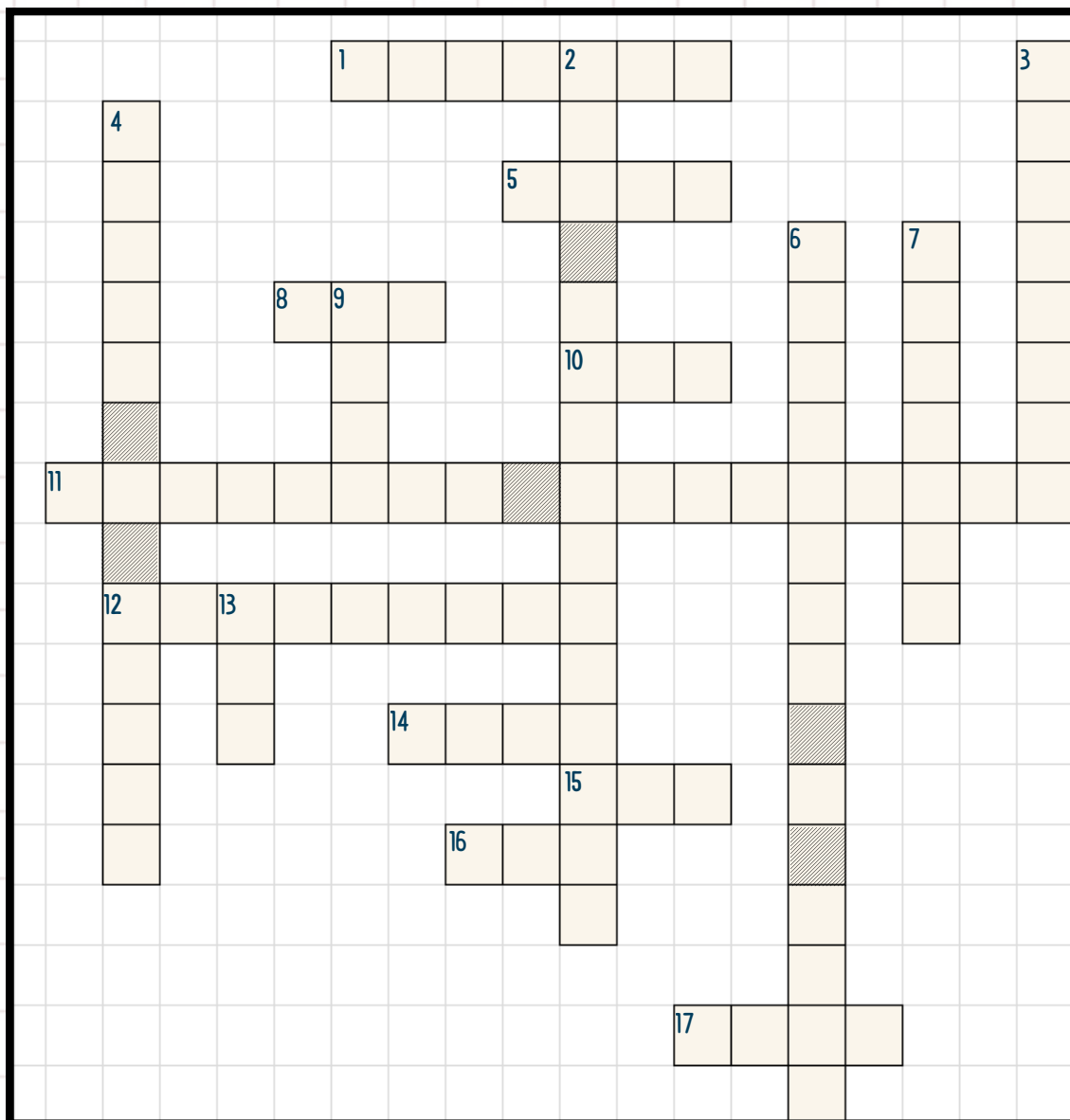
**Vertical**

- 2- Tipo de restos a pagar referente a despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas e, portanto, não foram pagas até o final do mesmo exercício.
- 3- Percentual de limite máximo (por extenso), em relação a RCL para os gastos com Dívida Consolidada Líquida.
- 4- Percentual mínimo constitucional (por extenso) a ser investido em Educação com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.
- 6- Percentual de limite máximo (por extenso) em relação a RCL para os gastos com despesa de pessoal.
- 7- Gastos do governo com investimentos ou pagamento de dívidas são exemplos de despesas de \_\_\_\_\_.
- 9- Imposto que incide sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços e representou a maior fonte de arrecadação do estado de Minas Gerais.
- 13- Sigla das despesas foram empenhadas e liquidadas, mas não foram pagas até o fim daquele mesmo ano.

Teste seus conhecimentos

# Palavras Cruzadas

- Colocar somente uma letra em cada quadrado;
- Os quadrados hachurados são espaços entre palavras;
- Gabarito na página seguinte.



# Respostas dos Testes

## Caça Palavras

Despesa  
Legalidade  
Impessoalidade  
Moralidade  
Publicidade  
Eficiência  
Executivo  
Legislativo  
Judiciário

## Palavras Cruzadas

1. empenho
2. não processados
3. duzentos
4. vinte e cinco
5. doze
6. quarenta e nove
7. capital
8. PIB
9. ICMS
10. RCL
11. despesas correntes
12. correntes
13. RPP
14. IPCA
15. DCL
16. LDO
17. IPVA

# Linguagem Simples

Quando informações sobre as contas do governo são apresentadas de forma clara, acessível e com recursos visuais que facilitam a compreensão, qualquer pessoa – independentemente de formação técnica – consegue entender como o dinheiro público é arrecadado e utilizado.

Isso deixa claro que a linguagem simples e a linguagem lúdica são ferramentas essenciais para fortalecer a transparência pública.

Essa forma de comunicar aproxima o cidadão do orçamento, reduz barreiras técnicas e amplia a capacidade de participação social. Assim, linguagem simples e recursos lúdicos não são apenas escolhas de estilo: são instrumentos que promovem cidadania, permitindo que mais pessoas acompanhem, fiscalizem e contribuam para a gestão das políticas públicas.

As ilustrações da história em quadrinhos foram criadas com o auxílio de Inteligência Artificial.

## **EQUIPE TÉCNICA**

Bruno de Castro Santos  
Higor Alfredo Damaso da Silva  
Lecimaire Alzira Senra Soares  
Marcos Vinicius de Souza  
Michelle Souza do Espírito Santo  
Nelma Barbonaglia da Silva  
Philipp Augusto Krammer Soares  
Ricardo Augusto Zadra  
Roberto Ulisses Marques

## **REVISÃO TÉCNICA**

Túlio Amorim Corrêa Garcias  
Dênis Robinson de Amorim Paixão

## ELABORAÇÃO

Michelle Souza do Espírito Santo  
História em Quadrinhos e Design Editorial

Higor Alfredo Damaso da Silva  
Conteúdo Técnico e Revisão Textual

Emília Vieira de Oliveira  
Revisão Ortográfica Final

## REVISÃO FINAL

Fábio Rodrigo Amaral de Assunção

**TESOURO**

**SCCG**

